UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Disciplina: Política e Administração – ADM 2163
Foco : Política, Poder Local e Desenvolvimento.
Professor : João Gualberto Moreira Vasconcellos
Período : 2008 / 1 **Carga Horária: 60 horas.**

PROGRAMA

1. Ementa

Um marco conceitual. O desenvolvimento das sociedades nas perspectivas funcionalista, dialética e funcional dialética. A administração e a dominação social: a perspectiva weberiana e a perspectiva marxista. A visão micro-social: trabalho, capital e administração. Administração, burocracia e controle social.

2– Objetivo Geral

O principal objetivo da disciplina é discutir a política em seus desdobramentos mais específicos no mundo produtivo, aprofundando-se especialmente em sua nova territorialidade. Ou seja, trata-se de entender quais são os grandes mecanismos de poder e controle que detêm as elites e como eles têm sido transformados através do tempo. Os grandes conceitos da política serão abordados, mas será dada especial atenção às questões relacionadas ao Poder Local.

2.1- Objetivos Específicos

No mundo globalizado os estados nacionais têm perdido muito de suas funções, o que, associado a uma brutal crise fiscal, estão reduzindo enormemente sua capacidade de ação e mesmo de promover investimentos que resultem em desenvolvimento e bem estar. Assim, torna-se fundamental pensar o novo papel das prefeituras como agentes de um desenvolvimento territorializado.

Por outro lado, há no Poder Local uma nova dimensão dada por um modelo de desenvolvimento alicerçado nos Arranjos Produtivos Locais e também pelo surgimento de novos atores sociais. No novo momento, as empresas buscam mecanismos de integração que ampliam sua competitividade para fora e melhorem sua integração em termos da cadeia produtiva, permitindo economias de escala. Esse arranjo institucional cria uma nova esfera do público – que une os governos, a iniciativa privada seja através de empresários ou instituições de representação, além de outros atores locais importantes – e que exige mecanismos próprios de gestão.

Não apenas isso, mas o surgimento de novos canais de participação popular e de movimentos sociais mais fortalecidos, também impuseram novas posturas aos políticos tradicionais. Vem sendo gestada uma política que tem que levar em conta o chmado multiculturalismo, onde diferentes pontos de vista e agrupamentos de interesses devem ser considerados na construção do que vem sendo tratado como governança pública. Tudo isso está resultando em fortes transformações que precisam ser melhor compreendidas.

3-Conteúdo Programático

Unidade I - Os grandes conceitos na área da política.

É importante que os alunos terminem a disciplina com uma noção bem estruturada dos principais conceitos que fundamentam a ação política como os de Estado, Nação, Soberania, Democracia, Ditadura, Sistemas Eleitorais, Partidos Políticos, dentre outros.

Além de conhecer os grandes conceitos da área, é muito importante conseguir trabalhar os novos elementos presentes na construção do Poder Local, sobretudo no que diz respeito ao novo papel das prefeituras municipais como agentes do desenvolvimento econômico e social. Existe ainda, as parcerias da iniciativa pública com a iniciativa privada que viabilizam novos modelos de gestão e novas composições de governança que precisam ser discutidos e compreendidos no contexto da disciplina.

Unidade II – O Poder Local.

A sociedade brasileira elaborou através da história um Poder Local muito concentrado e tradicional. Os chamados coronéis foram os donos da política durante séculos. Felizmente essa situação está hoje em cheque. Novos atores sociais foram surgindo e através deles foram sendo produzidas transformações profundas no setor público municipal. A própria lógica de controle dos programas sociais do governo federal acabou por introduzir novas demandas. A participação popular foi ganhando cada vez mais espaço.

O poder local trata-se de um eixo estratégico de transformação da forma como se tomam as decisões que concernem o desenvolvimento econômico e social de um espaço local (DOWBOR, 1995).

Dowbor (1995) destaca que

> Em todo caso, acabamos convencidos de que a única opção que temos é de nos inserirmos da forma mais vantajosa possível no mundo tal como existe, definido por outros [...].
>
> [...] Por outro lado, aceitamos que a modernização econômica e social seja feita à custa do indivíduo, como se o conforto de um rio limpo, de ruas arborizadas ou simplesmente transitáveis, fosse incompatível com o desenvolvimento. [...] Na realidade, tanto as novas tecnologias que surgem como as formas modernas de gestão do nosso “espaço de vida” tornam isto mais possível do que nunca. A modernização não implica necessariamente

> corrermos cada vez mais rápido atrás de resultados que não queremos (DOWBOR, 1995, p. 1).

Assim, o poder local deve ser encarado como uma ferramenta que possibilite a discussão de propostas relativas às questões que interferem o espaço local e a população que convive neste.

Segundo Dowbor (1995, p. 26) “o poder local, com os seus instrumentos básicos que são a participação comunitária e o planejamento descentralizado, constitui, nesse sentido, um mecanismo de ordenamento político e econômico”.

Nesse sentido será trabalhado aqui poder local como o processo político que se configura no campo do município. Sendo esse o espaço das disputas, dos jogos, das artimanhas que fazem parte do campo da cultura política, principalmente, a brasileira.

Unidade III – Os casos de Poder Local.

O método do caso é uma estratégia de ensino baseada na apresentação de circunstâncias factíveis e/ou verídicas com o objetivo de levar os alunos a refletirem sobre decisões para o episódio estudado. Importante ferramenta para a sala de aula para o processo de ensino e aprendizagem dos alunos para a compreensão de uma dada realidade.

4– Metodologia

A metodologia utilizada na condução da disciplina tem como requisito prévio à leitura da bibliografia indicada para cada unidade e envolverá também aulas expositivas, discussões de textos ou temas previamente anunciados e a apresentação de estudos e análises realizadas pelos alunos.

5 – Avaliação

A avaliação da disciplina será realizada através da certificação da leitura dos textos previamente escolhidos. Envolverá também duas avaliações e confecção de resenhas individuais a serem realizados pelos alunos.

Prova: 75%.

Resenhas: 25%.

6- Referências

Teoria de Poder Local

1. DAGNINO, E. Sociedade Civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

2. DAGNINO, E. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. *Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política*, v. 1, n. 5, 2004.

3. DOWBOR, Ladislau. *O que é Poder Local*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

4. KOTLER, P.; HAIDER, D.; REIN, I. *Marketing Público*. São Paulo: Makron Books, 1994.

5. LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

6. MAAR, Wolfgang Leo. *O que é Política*. Coleção Primeiros Passos. Brasília: Brasiliense, 1999.

7. OSBORNE, David; GAEBLER, Ted. *Reinventando o Governo*: Como o Espírito Empreendedor está transformando o sector público. Brasília, MH Comunicação, 1994.

8. PAULA, A. P. *Por uma nova gestão pública*: limites e potencialidades de experiência contemporânea. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

9. PINHO, José Antonio Gomes de; SANTANA, Mercejane Wanderley. O governo municipal no Brasil: construindo uma nova agenda política na década de 90. In: *Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais*: marcos teóricos e avaliação. Salvador, Casa da Qualidade, 2000.

10. SILVA, Marta. *Estado e Sociedade na Perspectiva de Oliveira Viana e de Sergio Buarque de Holanda*. Vitória: mimeo.

Casos do Poder Local.

11. Aportes da Teoria Democrática a Analise da Restauração do Orçamento Participativo: o caso da Gestão Municipal de Vitória (ES) 2004/07 – Ludmila Martins et alli.
12. Aportes da Teoria Democrática a Análise da Restauração do Orçamento Participativo: o caso da Gestão Municipal de Vitória (ES) 2004/07 – Ludmila Martins et alli.
13. Associativismo, Participação e Políticas Públicas – Carlos e Silva.
14. Conselhos Gestores na Gestão Pública Local: Considerações a partir do Município de Vitória (ES) – Oliveira e Silva.
15. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas – José Antonio Puppim de Oliveira.
16. Governança Pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? – Leo Kissler, Francisco Heidemann.
17. Reforma do Estado no Federalismo Brasileiro: a situação das administrações públicas estaduais – Fernando Abrúcio.